

L E I nº 3.293/2013

Data : 28 de fevereiro de 2013.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao parcelamento dos débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias, inclusive décimo terceiro dos anos anteriores, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenha sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a aderir ao parcelamento dos débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias, e às respectivas obrigações acessórias, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, que serão pagos em parcelas a serem retidas no Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União, no valor de dois por cento da média mensal da receita corrente líquida do Município, apurada nos últimos 12 (doze) meses, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 10/12/2012, e dos arts. 1º a 10 da Medida Provisória nº 589, de 13/11/2012, e arts. 12, 13, 14-B e 14-D da Lei nº 10.522, de 19/07/2001.

Art. 2º - Para amortização do principal e acessórios, fica o Município autorizado a comprometer o valor de dois por cento da média mensal da receita corrente líquida do Município no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, apurada nos últimos 12 (doze) meses, que será efetuada a partir do primeiro decêndio do terceiro mês subsequente ao efetivo pedido de parcelamento do Município, até a plena quitação dos débitos existentes para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 3º - Os débitos para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, existentes até a presente data, poderão ser consolidados, e substituirão acordos anteriores de confissão e parcelamento de dívidas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 28 de fevereiro de 2013.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal